

PRESIDENTE DA CESPU CONSIDERA

No ensino e na saúde o financiamento

“O setor público do ensino superior é uma das áreas onde existe mais despesismo em Portugal” – afirma António Almeida Dias. Em entrevista à “Vida Económica”, o presidente da CESPU defende uma mudança do atual modelo de financiamento do ensino superior. Em alternativa ao sistema quase gratuito no ensino público e integralmente pago pelos estudantes nas escolas privadas, António Almeida Dias propõe um sistema de financiamento aos alunos, através de incentivos fiscais ou de ação social do Estado para os cidadãos com menos recursos, dando a liberdade de opção pelo ensino público ou privado. Apesar de dispor das condições necessárias, a CESPU continua a não obter autorização para lecionar uma licenciatura em Medicina. Ao contrário do que acontece na maioria dos países europeus, em Portugal o ensino da Medicina continua vedado aos privados.

Para os jovens que não conseguem obter vaga para Medicina no sistema público, a CESPU disponibiliza a licenciatura em Ciências Biomédicas, que pode ser a base para a formação em Medicina, através de um acordo de cooperação com a Universidade Alfonso X, em Madrid.

JOÃO LUÍS DE SOUSA
jlsousa@vidaeconomica.pt

Vida Económica - A CESPU pretende continuar a expandir a sua atividade de formação na área da saúde?

António Almeida Dias - A CESPU é das instituições privadas mais antigas do país. Basta percebermos que estamos no 32º ano e se virmos a idade das outras instituições privadas, à exceção das escolas de enfermagem que, tradicionalmente eram ligadas a ordens religiosas, diria que é das instituições mais antigas a ensinar esta área.

A CESPU foi constituída em 1982 para criar pela primeira vez em Portugal um curso de Medicina Dentária não público.

Obviamente que a seguir à medicina dentária, a tendência foi criar cursos que de alguma forma se relacionassem com aquelas disciplinas que são transversais na área da saúde.

Além da medicina dentária, seguimos com ciências farmacêuticas, depois a psicologia clínica, a educação física, saúde e

desporto, no âmbito do Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte, que é o nosso instituto de cariz universitário. Surgiram depois os chamados cursos politécnicos da saúde, desde enfermagem, fisioterapia, radiologia, terapia ocupacional, entre outros.

Ao fim de alguns anos, a CESPU passou a ser a instituição portuguesa com o maior número de cursos na área da saúde e com uma dimensão significativa, mesmo a nível europeu, daí o seu reconhecimento internacional.

VE - O próximo passo será o curso de Medicina?

AAD - O Estado tem vedado ao setor privado o ensino da Medicina, evocando mil e uma razões. É uma decisão claramente política. O Estado não abre mão de ser a única instituição a produzir médicos ou licenciados em Medicina, portanto é um curso que ainda não podemos criar.

Temos o curso de ciências biomédicas que neste momento corresponde essencialmente à primeira fase de formação médica e depois os alunos podem terminar essa formação, no âmbito do acordo que existe entre a CESPU e a Universidade Alfonso X, El Sabio.

Se não houvesse esse obstáculo, a CESPU avançaria porque é a instituição portuguesa com mais experiência no ensino nas diferentes áreas da saúde. Tem muito mais experiência que a maior parte das instituições públicas do ensino da saúde. À exceção das universidades clássicas e à exceção de algumas instituições, como escolas de tecnologias de saúde, e Alcoitão por exemplo, em Lisboa, que também é uma instituição histórica nesta área. Além de ter começado mais cedo que a maioria das escolas, a CESPU tem neste momento a colaborar, nesta área específica da saúde, quase 190 doutorados, para além de muitos especialistas e mestres. Do ponto de vista de técnica instalada, hoje temos publicações em revistas indexadas em todas as áreas da saúde.

VE - A Ordem dos Médicos também é restritiva em relação aos cursos de Medicina?

AAD - Os médicos não ajudam, mas existe alguma confusão. As pessoas acham que tirar um curso é igual ao exercício da profissão e isso não é verdade. Uma pessoa pode ter o curso de Medicina e não exercer a profissão. A Ordem dos Médicos tem possibilidade de determinar quem tem capacidade para exercer medicina criando um exame de acesso ao exercício da profissão. Aí terminava essa discussão.

Espanha tem mais de 10 cursos privados de Medicina a funcionar

VE - E nos outros países da União Europeia há escolas privadas com cursos de Medicina?

AAD - Nos outros países existem escolas privadas sem qualquer tipo de constrangimento, basta olhar para Espanha, isto é, tem que demonstrar que tem qualidade para o fazer, mas sem haver este tipo de preconceito. Espanha tem mais de 10 cursos privados de Medicina a funcionar, apesar de o ensino superior privado ser menos expressivo. Em Portugal, o ensino privado tem vindo a ser desmantelado nos últimos anos de uma forma absolutamente inacreditável.



“Há uma coisa que os portugueses devem ter consciência: o país não sobrevive mantendo um setor público.”

Alunos do Curso de Ciências Biomédicas podem terminar formação em Medicina em universidade espanhola

VE - A estratégia seguida pela CESPU é de agregar o ensino à prática hospitalar, à semelhança do que acontece com outras instituições nesta área? Geralmente, as universidades na área da saúde são agregadas a hospitais.

AAD - Se tiver duas atividades na mesma estrutura, pode haver partilha de recursos e reduzir ao máximo aquilo que são os desperdícios. É muito mais fácil rentabilizar um hospital que tem estas duas atividades do que rentabilizar um hospital que só tem uma atividade. A CESPU tem neste momento uma unidade hospitalar que já está a funcionar muitíssimo bem, o hospital da misericórdia de Paredes, para além de contar com várias unidades de saúde mais pequenas.

É a única instituição portuguesa que tem neste momento serviços a funcionar em hospitais públicos. Temos oito hospitais públicos onde prestamos vários serviços, nomeadamente de medicina dentária, a funcionar com protocolos em que a população beneficia muito com a nossa atividade, e nós obviamente também. Podemos contar com esses hospitais para a formação dos nossos alunos. Para nós, a Medicina seria relativamente simples de pôr a funcionar. Diria que, se fosse aprovado agora, no próximo ano letivo estaríamos aptos. Temos a funcionar as matérias correspon-

dentos aos primeiros três anos, já na nossa instituição por via da existência dos vários cursos. É depois porque temos já garantido o funcionamento em hospitais de grande dimensão. Estamos a falar de três dos dez maiores hospitais da zona Norte do país que estão disponíveis para fazer esta formação connosco. Teríamos todas as condições para fazer bem.

VE - Um curso de Medicina na sua cooperativa seria mais barato e mais eficiente do que os cursos do sistema público?

AAD - Sabemos que Medicina é um curso extremamente caro e por isso fizemos um estudo de viabilidade económica. É um curso que gostaríamos de colocar no mercado e que fosse relativamente aceite, sem ser considerado um curso de preços exagerados. Temos essa opção porque na CESPU há outras vantagens, a notoriedade, produção científica e conseguimos pôr o curso no mercado a um valor dentro daquilo que se pratica em Portugal e bastante abaixo daquilo que se pratica no resto da Europa. Isso seria uma grande vantagem para a população. O Estado não devia insistir em manter numerus clausus acima daquilo que está inicialmente aprovado para os cursos. Quase todos os diretores do curso de Medicina a funcionar em Portugal se queixam do esforço que as instituições estão a fazer para dar aulas a mais alunos do que os previstos, levando a um aumento da despesa pública. Se o Estado percebesse que devia manter as suas instituições que têm qualidade a funcionar e a dar Medicina dentro dos números previstos e deixasse ao setor privado, de facto, aquela margem que há de liberdade para as pessoas poderem optar conforme a maior ou menor procura por parte do mercado, seria um excelente ato de gestão. Neste momento, o que o Estado está a fazer é aumentar a despesa pública,